

Curso/Disciplina: Direito Empresarial Extensivo

Aula: Módulo IX – Regimes Especiais – Parte II - 98

Professor(a): Priscila Menezes

Monitor(a): Nairim Machado Palma

Aula nº. 98

Liquidação extrajudicial: natureza jurídica de um processo concursal, cujo objetivo é a extinção dessa entidade. Isso pode acontecer de ofício por iniciativa do banco central do Brasil, ou a requerimento dos administradores, desde que eles tenham poderes estatutários par tanto.

Hipóteses de cabimento: insolvência ou cessação da autorização para funcionar.

A decretação é oriunda de um despacho do presidente do banco central do Brasil que em muito se assemelha com a sentença que decreta a falência. Esse despacho do presidente está previsto no art. 15 da lei 6.024/74.

Art . 15. Decretar-se-á a liquidação extrajudicial da instituição financeira:

I - **ex officio** :

a) em razão de ocorrências que comprometam sua situação econômica ou financeira especialmente quando deixar de satisfazer, com pontualidade, seus compromissos ou quando se caracterizar qualquer dos motivos que autorizem a declaração de falência;

b) quando a administração violar gravemente as normas legais e estatutárias que disciplinam a atividade da instituição bem como as determinações do Conselho Monetário Nacional ou do Banco Central do Brasil, no uso de suas atribuições legais;

c) quando a instituição sofrer prejuízo que sujeite a risco anormal seus credores quirografários;

d) quando, cassada a autorização para funcionar, a instituição não iniciar, nos 90 (noventa) dias seguintes, sua liquidação ordinária, ou quando, iniciada esta, verificar o Banco Central do Brasil que a morosidade de sua administração pode acarretar prejuízos para os credores;

II - **a requerimento dos administradores da instituição** - se o respectivo estatuto social lhes conferir esta competência - **ou por proposta do interventor**, expostos circunstanciadamente os motivos justificadores da medida.

§ 1º O Banco Central do Brasil decidirá sobre a gravidade dos fatos determinantes da liquidação extrajudicial, considerando as repercussões deste sobre os interesses dos mercados financeiro e de capitais, e, poderá, em lugar da liquidação, efetuar a intervenção, se julgar esta medida suficiente para a normalização dos negócios da instituição e preservação daqueles interesses.

§ 2º O ato do Banco Central do Brasil, que decretar a liquidação extrajudicial, indicará a data em que se tenha caracterizado o estado que a determinou, fixando o termo legal da liquidação que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias contados do primeiro protesto por falta de pagamento ou, na falta deste do ato que haja decretado a intervenção ou a liquidação.

Liquidação ordinária: a liquidação ordinária é aquela promovida a cargo dos próprio sócios ou em juízo quando há divergência no procedimento, ela é voluntária.

Efeitos: afastamento dos administradores dos cargos de gestão. Art. 18 da lei 6.24.

Art. 18. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes **efeitos**:

a) suspensão das ações e execuções iniciadas sobre direitos e interesses relativos ao acervo da entidade liquidanda, **não podendo ser intentadas quaisquer outras, enquanto durar a liquidação**;

O objetivo dessa alínea é impedir que existam várias ações contra a entidade liquidanda e a proibir o pagamento fora da ordem prevista. Existe uma ordem de pagamento estipulada pelo legislador a qual a liquidanda fica vinculada. Todas as ações e pagamentos estarão concentrados na liquidação extrajudicial. E, não atingem as execuções fiscais.

Essa suspensão das ações e execuções não beneficia os devedores solidários, so produz efeitos em relação a entidade liquidanda. No tocante a ações sem conteúdo econômico também não são suspensas.

Art. 5º, XXXV, CF c/c 18, a, L 6.024 – STJ entende que o presente art. é constitucional.

b) vencimento antecipado das obrigações da liquidanda;

O objetivo do vencimento antecipado é a uniformização temporal de todas as obrigações.

c) não atendimento das cláusulas penais dos contratos unilaterais vencidos em virtude da decretação da liquidação extrajudicial;

Pois em tese a entidade liquidante deu causa.

d) não fluência de juros, mesmo que estipulados, contra a massa, enquanto não integralmente pago o passivo;

Suspensão condicional a exigibilidade dos juros após a decretação da liquidação extrajudicial.

e) interrupção da prescrição relativa a obrigações de responsabilidade da instituição;

f) não reclamação de correção monetária de quaisquer divisas passivas, nem de penas pecuniárias por infração de leis penais ou administrativas.

Essa não intendência de correção monetária não é mais válida. Combinar com art. 1º, DL 1.447/76 que alterou a alínea f. combinar ainda com ADCT 46.

A decretação do regime da liquidação extrajudicial promove alteração no nome empresarial. As instituições financeiras devem adotar denominação com espécie de nome empresarial se forem na forma de sociedade anônimas, se forem na forma de sociedade limitada, podem adotar firma ou denominação. Lembrando que se forem bancos, devem adotar a forma de SA, denominação.

O liquidante assume a liquidação de todo o patrimônio. Ele pode ultimar os negócios a entidade liquidanda e ele vai liquidar esses bens. Estamos aqui falando em apuração de ativo, realização de ativo, verificação do passivo, pagamento do passivo e prestação de contas. Esse liquidante vai ter um papel similar ao do administrador judicial, inclusive no que se refere a remuneração.

Procedimento da liquidação: os ex administradores devem entregar, no prazo de 05 dias, ao liquidante todos os documentos, livros contábeis, que possam ajudar nesse procedimento. Dentro de 60 dias o liquidante vai ter que apresentar um relatório –destinado ao banco central do Brasil. Se o ativo não for suficiente para pagar ao menos 50% dos créditos quirografários, o banco central do Brasil vai autorizar o liquidante a pedir a falência dessa entidade e o procedimento passaria a ser o previsto na lei 11.101/05. Precisamos lembrar que o credor quirografário é um crédito concursal na posição 6 dentro do artigo 83 da lei 11.101, antes dele tem que ter havido o pagamento de diversos outros, eu não posso pular etapas.

No caso da liquidação extrajudicial é possível interromper a pedido das partes interessadas. Já na hipótese da falência não há reversão.

Processo de verificação dos créditos: 1ª publicação em jornal de grande circulação, DO, prazo mínimo de 20 dias e máximo de 40 dias. Recebidas essas informações dos credores, o liquidante vai elaborar o quadro geral de credores que será novamente publicado em DO e jornais de grande circulação. Os credores que por ventura perdessem esse prazo, não poderiam se valer da habilitação retardatária de acordo com a doutrina majoritária, por falta de previsão específica na lei 6.024. Embora Rubens Requião entenda que sim. Dar-se-á prazo de 10 dias para impugnação, 05 dias para manifestação do titular do crédito impugnado. Posteriormente teremos um parecer do liquidante para posteriormente termos a decisão do BC do Brasil. Assim poderemos ter a alteração do quadro geral de credores, até chegar num quadro de credores definitivo. Ainda cabe questionamento de tudo isso perante o judiciário, prazo decadencial de 30 dias.

Encerramento da liquidação: uma possibilidade se dá quando realizamos o ativo, pagamos o passivo, o liquidante prestou contas e essas contas foram aprovadas pelo BC. Após a aprovação de contas será dada baixa no registro competente, que geralmente é a junta comercial, por se tratar de atividade de sociedades empresárias. Nesse momento a sociedade perde sua personalidade jurídica e deixa de existir. Segunda possibilidade é a transformação da liquidação judicial em liquidação ordinária, aquela promovida pelos próprios sócios ou perante o poder judiciário. Também é possível a cessação do estado de liquidação, previsto no art. 21 da L 6.024.

Art. 21. A vista do relatório ou da proposta previstos no artigo 11, apresentados pelo liquidante na conformidade do artigo anterior o Banco Central do Brasil poderá autorizá-lo a:

- a) prosseguir na liquidação extrajudicial;
- b) requerer a falência da entidade, quando o seu ativo não for suficiente para cobrir pelo menos a metade do valor dos créditos quirografários, ou quando houver fundados indícios de crimes falimentares.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, em qualquer tempo, o Banco Central do Brasil poderá estudar pedidos de cessação da liquidação extrajudicial, formulados pelos interessados, concedendo ou recusando a medida pleiteada, segundo as garantias oferecidas e as conveniências de ordem geral.

Responsabilidade civil dos administradores: art. 39 e 40 da L. 6.024.

A responsabilização dos administradores cabe em todos os regimes especiais. Havia doutrinadores que entendiam que a responsabilidade sempre seria subjetiva, dependeria do elemento subjetivo culpa ou dolo – Requião, Ulhoa, Carvalhosa. Por outro lado, Negrão, entendia que a responsabilidade seria sempre objetiva. O próprio STJ chegou a dizer se seria caso de responsabilidade mista, subjetiva na hipótese do 39 e objetiva na hipótese do 40. Hoje o entendimento do STJ diz que trata-se de responsabilidade subjetiva, porém, com o ônus invertido – vai caber aos administradores comprovar que agiram com zelo e diligência.

A apuração da responsabilidade se dá por um inquérito administrativo perante o BC. Esse inquérito deve estar concluído no prazo de 120 dias, cabe uma única prorrogação por igual período. Se esse inquérito presidido pelo BC entender que não há responsabilidade dos administradores, o inquérito será arquivado. Por outro lado, se entender que há responsabilidade, deverá ser promovida ação própria.

Num momento em que é determinado o regime especial os bens dos administradores ficam indisponível para o caso de eventual ação de responsabilidade.

Art. 39. Os administradores e membros do Conselho Fiscal de instituições financeiras responderão, a qualquer tempo, salvo prescrição extintiva, pelos que tiverem praticado ou omissões em que houverem incorrido.

Art. 40. Os administradores de instituições financeiras respondem solidariamente pelas obrigações por elas assumidas durante sua gestão, até que se cumpram.

Parágrafo único. A responsabilidade solidária se circunscreverá ao montante e dos prejuízos causados.